

GES
PCP

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Este número especial do «Avante!» é inteiramente preenchido por um documento da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português que faz um balanço dos dois primeiros meses e meio do governo fascista de Marcelo Caetano. Dada a sua importância para a apreciação da actual situação política, que não se destrua nenhum exemplar. Dá-o, deixa-o onde possa ser encontrado por trabalhadores, envia-o pelo correio a um democrata ou a um amigo.

Terceiro mês do governo de Marcelo Caetano SEM SALAZAR, O SALAZARISMO CONTINUA — SÓ A LUTA PORÁ FIM AO FASCISMO —

Terceiro mês do governo de Marcelo Caetano. Os acontecimentos comprovam a justeza da apreciação e caracterização feitas pelo Partido Comunista Português.

Por um lado, como o CC do PCP definiu logo após a constituição do novo governo, «o governo de Marcelo Caetano, tal como antes o governo de Salazar, é o governo da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários».

Por outro lado, dadas as dificuldades do regime, as suas reduzidas bases de apoio e o agravamento da crise pelo desaparecimento de Salazar, o governo procura esconder a sua verdadeira natureza por detrás duma demagogia «liberalizante», o que o força necessariamente a fazer algumas concessões.

Marcelo Caetano e o governo de compromisso entre os vários clãs fascistas que formou, não pretendem encaminhar Portugal para a Democracia, mas fazer sair o regime das suas dificuldades e reforçar de facto a ditadura.

A demagogia «liberalizante» traduz um esforço para alargar as bases de apoio interno e externo do regime, para atrair ou neutralizar sectores da Oposição, para criar um ambiente de expectativa e enterrar assim o desenvolvimento da luta anti-fascista e popular, para isolar o Partido Comunista e as forças democráticas mais combativas afim de as reprimir mais facilmente.

A demagogia «liberalizante» mal se esboçou ainda. São de esperar nos próximos meses novas iniciativas e talvez mesmo algumas «espectaculares». É provável uma remodelação ministe-

rial. Mas o carácter, o significado, os objectivos da manobra fascista revelam-se já claramente nos três primeiros meses do novo governo.

Em todos os actos e declarações governamentais aparece com evidência (a acompanhar confirmações demagógicas e a satisfação de algumas reivindicações com que procura reafirmar o descontentamento popular) a determinação de dar continuidade à ditadura fascista e de prosseguir os aspectos essenciais da política salazarista de exploração, de terror, de guerra, de submissão ao imperialismo.

São tarefas do movimento democrático:

- por um lado **desmascarar a política fascista e a demagogia «liberalizante» do governo de Marcelo Caetano e lutar contra elas;**
- por outro lado (como apontava o CC do PCP) «**aproveitar audaciosamente a nova situação para quebrar o imobilismo político, exigir o cumprimento de quaisquer promessas demagógicas do governo, conquistar posições, imprimir um novo curso à vida política, impulsionar a acção política e a luta popular de massas.**»

Os fascistas nunca abandonarão o poder de livre vontade. Nunca encaminharão Portugal para a democracia. A satisfação das reivindicações fundamentais do povo português, a conquista da liberdade e da democracia, só pela luta podem ser alcançadas.

PROSSEGUE A NEGAÇÃO DAS LIBERDADES MAIS ELEMENTARES

1. Quando em 27 de Setembro, no seu primeiro discurso como chefe do governo, M. Caetano falou na «recíproca tolerância de ideias», na sua intenção de agir para que os portugueses não estejam «divididos entre si como inimigos» e em «liberdades que desejaria ver restauradas», logo alguns sectores da Oposição viram nessas palavras um programa de «liberalização», de liquidação do fascismo, de reconhecimento legal da Oposição, de instauração das liberdades básicas.

Dois meses passados, em 27 de Novembro, M. Caetano tornou mais claro o seu pensamento. Depois de se gabar de ter realizado um esforço para «um convívio normal entre os que processam opiniões diferentes» (?), definiu a intenção: «Procura-se chamar a colaborar com o governo todos os bons cidadãos deste país».

Seguindo a palavra do novo chefe, todos os fascistas, «liberalizantes» ou «ultras», ministros, governadores civis ou militares, falam agora de «tolerância». Mas logo vão pondo a claro que essa «tolerância» é para aqueles que se disponham a traír os ideais democráticos.

O novo governador civil de Aveiro por exemplo, discursando no acto de posse em 7 de Novembro, referiu que «algumas excepções» (sic) ao exercício das liberdades, são, para alguns «obstáculo à colaboração com o regime», e contou como, em anos passados, sendo governador civil do mesmo distrito reduzira essas restrições... «Foi o bastante (afirmou triunfalmente) para que alguns se dispusessem a trabalhar a nosso lado».

A «tolerância» para com as «opiniões diferentes» não será para que a Oposição democrática possa discordar e criticar o regime, para lutar pelos ideais democráticos, para defender os interesses do povo português tiranizado por 40 anos de fascismo. Será para que os «bons cidadãos» da Oposição venham a «colaborar com o governo», ou, quando muito, para que criem, a troco dumas migalhas, aquilo que, em várias épocas, Salazar baldadamente estimulara: uma «Oposição inofensiva».

A classificação dos «bons» e dos «maus» cidadãos é a PIDE que a decide. O major Silva Pais, director da PIDE teve já o cuidado de distinguir os elementos «subversivos» de «aqueles que honestamente (sic) possam discordar das instituições» (19 de Novembro)

Para os fascistas, os «bons cidadãos» serão os colaboradores ou os que constituam uma Oposição inofensiva. Os anti-fascistas consequentes serão sempre acusados de «subversivos», «comunistas» ou «cripto-comunistas».

2. O anti-comunismo é elemento central desta manobra. Não se pode compreender o sentido e alcance da demagogia «liberalizante», se se separa esta da nova campanha anti-comunista que M. Caetano lançou logo em 27 de Setembro.

O anti-comunismo não visa apenas reprimir o partido da classe operária, o mais forte partido da Oposição, o mais consequente lutador pelos interesses das massas trabalhadoras, pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional, — partido sem legalização do qual não poderá haver em Portugal uma verdadeira democracia.

O anti-comunismo é também o pretexto de reprimir todos os sectores anti-fascistas que continuam lutando consequentemente pelas reivindicações fundamentais da revolução democrática e que por isso são e serão (como sempre o foram em 42 anos de fascismo, como o foram Norton de Matos e Humberto Delgado) acusados de «subversivos» e «comunistas».

O anti-comunismo, ligado à demagogia «liberalizante», é ainda uma política de divisão do movimento anti-fascista, a busca duma linha de fractura que atraia a uma posição colaboracionista os elementos mais vacilantes e ofereça à repressão policial o resto da Oposição.

Quando, em 27 de Novembro, M. Caetano falou numa «mais íntima participação do comum das pessoas na vida pública» e num

«convívio normal entre os que professam opiniões diferentes», logo pôs as suas condições, dirigindo-se sem qualquer dúvida a liberais e «socialistas»: «É preciso que os indivíduos que não querem ver o seu país comunizado, definam as suas atitudes e se disponham a lutar por elas corajosamente, em todas as campos onde a vida social decorre».

O mesmo propósito já vendurara com palavras mais cruas o Ministro do Interior. Discursando em 14 de Outubro, distingue os «subversivos» daqueles que compreendem que as liberdades possíveis são fruto da ordem estabelecida ao longo de 40 anos (!) e na qual são directamente convidados a colaborar». Para isso (disse), têm de «assumir sem equívocos as responsabilidades decorrentes dos seus actos».

M. Caetano oferece assim possibilidades de certas formas da presença política aos elementos da Oposição que se decidam a empareilhar com os fascistas na acção anti-comunista, que outra coisa não é que a luta contra o movimento anti-fascista no seu conjunto, contra as aspirações democráticas e populares.

Uma vez mais, como ao longo de 42 anos fez o salazarismo, os fascistas procuram substituir a real alternativa fascismo ou democracia pelo «espectro» da alternativa fascismo ou comunismo.

Membros da Oposição que se decidissem a seguir o caminho sugerido pelos fascistas, seguiriam afinal o da completa degradação e capitulação, da definitiva desonra como anti-fascistas e democratas.

3. Para criar ilusões, expectativa, crença de que o novo governo pretende dar um curso «liberalizante» à vida política, o governo tem de justificar-se com alguns actos, dando satisfação, mesmo aparente, limitada ou contingente, a algumas reivindicações do movimento democrático.

É necessária uma extrema vigilância para não confundir a satisfação de reivindicações (que resulta, não das «boas intenções» de M. Caetano, mas da luta do povo português e das próprias dificuldades do regime) com manobras dilatatórias, puras armadilhas, medidas que, parecendo aparentemente dar satisfação a reivindicações, procuram um caminho demagógico de a recusar e, parecendo significar o abandono do fascismo visam de facto reforçá-lo.

Como respondeu até agora M. Caetano às reclamações de liberdade de expressão de pensamento, do direito à informação, da abolição da Censura?

A Censura afrouxou é certo um pouco o seu rigor no noticiário e em assuntos de carácter secundário. Mas à Oposição continua a não ser permitido expor na imprensa as suas opiniões em relação à política governamental.

Se se permite que jornalistas chamados «liberais» apoiem o «liberalismo» de M. Caetano, não se permite que atguem o desmascarar. Há jornais e revistas aos quais a censura corta de 25 a 75% dos originais, decisão que o «liberalizante» Moreira Batista aprova, quando as vítimas reclamam. A PIDE assalta uma tipografia em Farnalício e apreende o livro «Instrução criminal» do dr. Salgado Zenha e a Censura não permite que os jornais dêem a notícia do facto, nem das reclamações. Não são autorizadas sessões públicas. Os meios de informação de massas continuam a ser monopólio dos fascistas. E até festivais da canção dos estudantes dão motivo a medidas repressivas.

A coberto da demagogia «liberalizante», entretendo a expectativa com infimas concessões, M. Caetano toma e prepara medidas de fundo para centralizar ainda mais a informação e a imprensa. A criação da Secretaria do Estado da Informação e Turismo, à frente da qual foi colocado com categoria de Ministro o director do malfadado SNI, Moreira Batista, não visa o alargamento da liberdade de expressão, mas reforça a propaganda fascista e o controle e o dirigismo da vida cultural!

Não será pela política de M. Caetano, mas pela luta, que os portugueses alcançarão o mínimo de possibilidades de expressarem livremente as suas ideias e opiniões.

4. Como respondeu até agora M. Caetano às reclamações do direito de organização, ou mesmo de respeito pelos direitos dos associados nos Sindicatos Nacionais e outras organizações de massas?

Tal como no domínio da informação, também no domínio da organização, M. Caetano procura, a coberto duma demagogia «liberalizante», reforçar e dar nova vida às estruturas do Estado fascista, e encontrar nessa revitalização novos instrumentos de influência e de dirigismo fascista.

No dia 10 de Outubro, M. Caetano fez o elogio da organização corporativa, que nas suas palavras, «constitui uma rede extensa e complexa que funciona como aparelho vital da Nação». E, no discurso no Ministério das Corporações de 6 de Novembro, proclamou: «O corporativismo tem de ser vivido e praticado pelo País inteiro. Há-de dominar na orientação das empresas e de penetrar na consciência dos trabalhadores».

Estas claras afirmações indicam o propósito, não de «liberalizar», mas de dar um novo liberalismo fascista aos sindicatos e demais organizações corporativas.

É uma vitória da opinião democrática a homologação das Direcções da Ordem dos médicos e do Grémio dos Editores. É outra vitória que os fascistas se tenham visto obrigados a anunciar que abolirão, como há muito reclamam os trabalhadores, a homologação pelo governo das direcções eleitas nos Sindicatos Nacionais.

O governo procura, entretanto, a coberto da demagogia, não abolir, mas renovar e reforçar os métodos de controle nos sindicatos.

O decreto-lei, em discussão na Câmara Corporativa, estabelece que só podem ser candidatos a membros dos corpos gerentes os sócios dos sindicatos «em relação aos quais não se verifica nenhuma das situações que os inibem do exercício de voto para a Assembleia Nacional». Conhecidas como são as disposições da lei eleitoral, que dão margem para negar o direito de voto a qualquer anti-fascista, conhecidas as falsificações dos cadernos eleitorais e a intervenção da PIDE na sua elaboração, — é de concluir que o governo procurará impedir a candidatura para as direcções dos sindicatos dos melhores defensores dos interesses da classe operária.

Dantes o governo impedia as eleições sindicais, falsificava os resultados, usava de todas as pressões, ameaças e truques para impedir que os trabalhadores elegeassem direcções da sua confiança. Se apesar de tudo estes o conseguiram, recusava como regra a homologação. Agora pretende estar em condições de matar o ovo à nascença, recusando as próprias listas propostas pelos trabalhadores.

A abolição da homologação será positiva e um resultado da longa luta da classe operária. Mas só a luta dos trabalhadores impedirá a nova manobra dos fascistas e conseguirá que sejam realizadas nos Sindicatos Nacionais eleições sérias, com as quais escorracem das direcções os lacaios do patronato e do fascismo e coloquem à frente dos sindicatos dirigentes capazes de defenderem corajosa e consequentemente os interesses da classe.

5. Tática semelhante adopta o governo em relação às Associações Académicas.

O facto de que o governo declarou que se realizariam eleições na Associação Académica de Coimbra e na Faculdade de Ciências de Lisboa representa uma forçada concessão ao movimento associativo, que há muito reclama eleições livres nessas associações, geridas por Comissões Administrativas nomeadas pelo governo, em flagrante violação dos direitos dos estudantes.

Mas, atrás das declarações demagógicas, esconde-se o propósito de legalizar situações de facto, e de preparar novas medidas para impedir o funcionamento democrático das Associações, para arrancar aos estudantes as associações que ainda têm nas suas mãos, para destruir o movimento associativo.

Por um lado, alguns fascistas empregam palavras mansas e «compreensivas» fazem o «namoro» e promessas à juventude. Por outro, ameaçam com a repressão.

O novo director da ISCEF, faz promessas, mas em troca diz ter o direito de pedir «colaboração» (17 de Outubro). O ministro do Interior diz ser «compreensivo para com a juventude das Associações Académicas», mas logo a previne «delicadamente» (sic) de que «não pise desavairada (!) os terrenos da subversão» (19 de Novembro). M. Caetano diz compreender a impaciência dos jovens, diz-se «atentíssimo» aos seus problemas, mas logo ameaça que se não deixem guiar «por interessados agitadores e especuladores» (27 de Novembro).

As ameaças seguem-se a acção. Em 26 de Novembro é o reitor da Universidade Clássica que atribui a agitação de estudantes de má fé às deficiências de funcionamento dos cursos. A 6 de Dezembro é o ministro da Educação, o «liberalizante» Saraiva, que caracteriza o movimento reivindicativo dos estudantes como acção dum «pequeno grupo de agitadores», fazendo parte dum «plano subversivo». A 8 de Dezembro, o encerramento do Instituto Superior Técnico e a ocupação pela PIDE da associação dos estudantes mostra a verdadeira cara da «liberalização».

M. Caetano e o seu Ministro da Educação puseram a nu demagógico depressa a manobra. A «liberalização» revelou-se ser um véu transparente da política tendente à liquidação do movimento associativo.

6. Como o PCP muitas vezes tem sublinhado existem condições internas no regime e diferenças de opinião acerca de aspectos parciais da política fascista e dos métodos de vencer a crise. Mas o que caracteriza a situação actual é a unidade entre os vários clãs fascistas para continuar o salazarismo sem Salazar, «Liberalizantes» e «ultras» identificam-se no essencial.

Não se pode passar em claro que o governo fascista encontra uma vez mais a cooperação do Cardeal Cerejeira e do Alto Clero reaccionário.

O decreto do Cardeal de 8 de Novembro, removendo o Padre Alvez Felicidade da Paróquia de Belém, é um exemplo da orientação inquisitorial e fascista da Hierarquia da Igreja Católica

Portuguesa. O que condenou o Padre Felicidade não foi «a desafeição pela Igreja», mas as suas firmes posições anti-fascistas e a sua crítica à política fascista do Alto Clero.

Também a substituição da Direcção do Seminário dos Olivais, faz parte duma mesma ofensiva, da hierarquia para, neste momento de crise do regime, cortar cerca o amplo movimento liberal e progressivo que se desenvolve entre os católicos portugueses, incluindo numerosos sacerdotes.

O Cardeal que, tempos atrás, quis aparecer como um «libera-

lizante», negando publicamente a sua cumplicidade com o fascismo (25-11-57), acompanha o verdadeiro tom da real intolerância, arbitrio, despotismo do novo governo.

Os fascistas não desarmam, nem desistem, nem demissionam. Num momento em que atravessam uma grave crise, fazem «união sagrada», mobilizam as suas forças, e, a coberto da manobra «liberalizante», continuam privando o povo português das liberdades mais elementares e insistem na política de repressão e de terror.

II

PROSSEGUE A POLÍTICA DE TERROR POLICIAL

1. Em 42 anos de ditadura fascista milhares de democratas passaram pelas prisões, permaneceram longos anos presos, mesmo depois de expirarem as penas, foram torturados pela PIDE, ficaram com a saúde aniquilada para sempre. Muitos morreram no Tarrafal e nas prisões vítimas de um tratamento desumano, estudado com o fim expresso de aniquilar as suas vidas. Muitos sucumbiram às torturas ou foram assassinados friamente nas ruas pela PIDE.

O povo português não esqueceu nem esquecerá os nomes dos comunistas Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, Alfredo Dinis, Dias Coelho, José Moreira, Alfredo Caldeira, Germano Vidigal, Ferreira Soares, Catarina Eufémia, António Almeida, Augusto Martins, Ferreira Marquês, Américo Gomes, Vieira Tomé, Raul Alves, assim como os de Mário Castelhana, gen. Humberto Delgado, gen. Godinho, e tantos outros, que sucumbiram às torturas, aos maus tratos, às balas dos fascistas.

Vira o dia em que um inquérito será feito a toda essa história de bandeirismo político e os criminosos serão julgados e castigados.

Muitos democratas e patriotas defrontam hoje as mesmas ameaças. Em Peniche, em Caxias e noutras prisões, encontram-se condenados a longas penas ou sujeitos ao arbitrário regime de medidas de segurança, submetidos a um regime de refinado sadismo, gravemente doentes alguns, muitos destacados e queridos filhos do nosso povo, entre os quais Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Octávio Fato, Dias Lourenço, Carlos Costa, Diniz Miranda, José Magro, Afonso Gregório, Ilídio Esteves, Alda Nogueira, Rogério de Carvalho, Domingos Abraantes, Canais Rocha, Adélino Pereira da Silva, José Carlos, José Bernardino, Jorge Araújo, Veiga de Oliveira, Júlio Martins, Guilherme de Carvalho, Fernanda Tomás e tantos outros.

Forçados a viver na clandestinidade apenas por defenderem consequentemente os interesses da classe operária, do povo e da nação, numerosos militantes comunistas estão ameaçados a cada instante de caírem nas mãos da PIDE ou serem vítimas das suas balas traiçoeiras.

Não são as mentiras fascistas, nem são as mordagens com que o governo abafa a voz da opinião democrática, que alteram esta trágica situação imposta ao país pela ditadura terrorista dos monopólios e grandes agrários.

2. Qualquer governo que pretendesse desligar-se dos crimes odiosos de 42 anos de ditadura fascista e criar um ambiente de tranquilidade pública, como há muito reclama o povo português, não só dissolveria imediatamente a corporação de torturadores e assassinos profissionais que é a PIDE, como ordenaria o julgamento e o castigo dos responsáveis.

Não é porém esse o caminho escolhido. Ao contrário, M. Caetano mostra, por palavras e acções, tomar a herança de responsabilidade dos crimes da PIDE e estar decidido a dar à PIDE carta branca para continuar prendendo, torturando e matando.

M. Caetano entendeu mesmo necessário dar uma expressão pública e espectacular a uma tal política. Numa manifestação ostensiva de apoio à acção da PIDE e de defesa desta contra a indignação da opinião nacional, o Ministro do Interior visitou a Rua António Maria Cardoso no dia 19 de Novembro, para impôr as insígnias de grande oficial da Ordem do Infante ao director da PIDE, major Silva Pais!

Semanas antes, fora publicamente louvado, por prender comunistas, o chefe de brigada José Gonçalves, um dos agentes da PIDE que conta no seu activo uma maior soma de crimes, entre os quais, segundo alguns dos seus próprios cúmplices disseram a presos políticos, o assassinato a tiro em 1945 do membro do CC do PCP, o operário dos estaleiros Alfredo da Assunção Dinis.

O «liberalizante» M. Caetano identifica assim o governo com a PIDE e torna-se autor moral e conveniente de todos os abusos, arbitrios e crimes que esta continua a cometer.

3. Entre as reclamações mais sentidas do povo português contam-se a libertação dos presos políticos, a amnistia, a abolição das chamadas «medidas de segurança», o termo das torturas aos presos, o estabelecimento dum regime prisional humano.

É uma vitória do movimento democrático que o governo se tenha visto obrigado a vir declarar, pela boca do director geral dos Serviços Prisionais, Guardado Lopes, que o objectivo essencial é que o tratamento dos presos seja sempre feito de acordo com os princípios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem» (11 de Novembro).

Mas o que o povo exige são actos e não palavras.

Já depois da formação do governo de M. Caetano, no período de instrução do processo (que representa estar submetido às torturas da PIDE) encontram-se destacados anti-fascistas como o dirigente operário Canais Rocha, Rosália Labaredas, Inácio Palma e outros. Já sob o governo de M. Caetano, tendo sucumbido aos maus tratos o estudante Daniel Teixeira (24 de Outubro), o ministro do Interior respondeu aos justos protestos e pedidos de inquérito dizendo tratar-se de «campanhas difamatórias e subversivas» (31 de Outubro) e o próprio Marcelo Caetano teria respondido a uma petição do pai do estudante morto, dizendo que tinha por válidas as conclusões do Ministério do Interior.

Em vez de ordenar justos inquéritos aos crimes da PIDE e fazer castigar os responsáveis, em vez de fazer cessar imediatamente práticas arbitrárias, desumanas e criminosas, M. Caetano permite que o próprio Silva Pais venha afirmar que a «instrução dos processos nesta polícia realiza-se obedecendo a todas as normas fixadas na lei e durante ela os presos são tratados dentro dos preceitos legais e de todos os princípios de humanidade». E manda o seu Ministro do Interior fazer uma vergonhosa defesa da polícia política, chamando à sua acção odiada a luta contra o «espírito diabólico de tenebrosas organizações» (sic), e afirmando que «a exploração do tema dos presos políticos é pura exploração comunista ou cripto-comunista». (19 de Novembro).

É assim que M. Caetano responde ao amplo movimento da opinião nacional, apoiada pela opinião democrática mundial, em defesa da vida dos presos políticos e da sua libertação.

4. No seu primeiro discurso como presidente do Conselho, M. Caetano falou em «tolerância» e proclamou intenção de «destruir ódios e malquerenças» (27 de Setembro).

Dois meses depois vangloriava-se de um esforço para criar «um clima político sem ódios, sem retaliações, que permita um convívio normal entre os que professam opiniões diferentes».

Os factos desmascaram a sua demagogia. Ao contrário do declarado, as acções do novo governo instigam ao prosseguimento da intolerância, do despotismo, do arbitrio, da intranquilidade, da insegurança.

Tal como em relação à guerra nas colónias, o terror policial é um «tabu» em que é proibido tocar. Aos democratas é vedado expor publicamente a verdade sobre os crimes fascistas. Não é permitida a publicação das justas reclamações de presos, seus familiares, advogados, democratas. O livro do advogado Salgado Zenha sobre a instrução processual é apreendido pela PIDE. Mas a censura permite que jornais provocatórios e pidescos, como o «Agora» (19 de Outubro), acusem os democratas de «seres rastejantes e nojeatos» e ameacem que (quando os bandos fascistas o entenderem) «nem nigalhas deles se aproveitará», porque «nesses momentos a justiça não é ministrada nos tribunais, mas unicamente no tribunal popular» (sic), ou seja, à ordem da rua António Maria Cardoso.

M. Caetano, no passado, como um dos mais altos dirigentes fascistas, era responsável pelos crimes do «Estado Novo». Como Presidente do Conselho confirma a sua responsabilidade nesses crimes e mostra a verdadeira face da sua «política sem ódios nem retaliações».

Com M. Caetano, como antes com Salazar, prossegue a política de ilegalidade, terror e banditismo policial.

PROSSEGUE A GUERRA COLONIAL E A ENTREGA AO IMPERIALISMO

1. M. Caetano justificou a acção da chefia do governo pela preocupação de «não descurar um só momento a defesa das províncias ultramarinas». Navegando em ilusões, alguns opositoristas, não se sabe porquê, apressaram-se a ver nesta clara formulação uma modificação da política de Salazar. Dois meses depois, discursando na Assembleia Nacional, o próprio M. Caetano pôs tudo a claro.

Tal como Salazar, falou na obra «civilizadora» dos colonialistas e na nação «multi-racial». Para ele, tal como para Salazar, a luta dos povos das colónias portuguesas é apenas «terrorismo» alimentado por países socialistas e alguns estados africanos. Afirmou que, com a guerra em África, defende não apenas a «integridade da nação», mas a própria civilização e a segurança do Ocidente. Afirmou que a luta do povo guineense não é mais que um plano da URSS para assaltar Cabo Verde, «posição chave nas comunicações entre o norte e o sul do Oceano Atlântico e até entre as duas margens deste». Proclamou que «a Europa está a ser cercada» e reafirmou que continuará a guerra na Guiné, como em Angola e Moçambique, no interesse do Ocidente europeu e das próprias Américas» (Discurso de 27 de Novembro).

É a continuação e mesmo a intensificação da política salazarista de exploração, massacres, despotismo e guerra nas colónias que o «liberalizante» M. Caetano anuncia.

2. M. Caetano procura beneficiar do clima de «guerra fria», que, a pretexto dos acontecimentos da Checoslováquia, os círculos mais reaccionários do imperialismo estão incentivando. Os fascistas pedem não apenas a continuação do auxílio da NATO sem a qual nunca poderiam ter mantido a guerra em África, mas uma ajuda mais efectiva da NATO e em particular dos Estados Unidos e da Alemanha Federal. Insistindo no «cerco» da Europa pela URSS e na importância estratégica de Portugal e das colónias portuguesas, os fascistas oferecem riquezas naturais, ramos da economia, mão de obra a baixo-preço, mercados, posições, bases militares, a troca dum apoio directo e declarado à luta contra os povos coloniais.

Em 16 de Outubro, quando da reunião da Associação do Tratado do Atlântico (ATA), que teve lugar em Lisboa, M. Caetano, falando das dificuldades da NATO, disse que o «remédio principal» é o «reforço da solidariedade ocidental, não se entendendo esta nos termos restritos actuais, mas de forma a assegurar uma real protecção política em toda a parte e em tudo o que fôr Ocidente».

Nas reuniões da ATA, os delegados portugueses expuseram largamente essa pretensão.

O almirante Sarmento Rodrigues insistiu em que «a vitalidade da NATO não pode restringir-se apenas à área geográfica delimitada pelo Pacto».

O almirante Reboredo e Silva, falou na ameaça soviética e na importância estratégica de Portugal e colónias, e sublinhou: «Portugal, como membro da NATO, não pode aceitar a ideia, nomeadamente quanto à sua política nas terras africanas, de que a grande solidariedade entre aliados varia segundo latitude e longitude».

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, insistiu: «Nunca entendemos como poderá ser viável separar o Atlântico Norte do Atlântico Sul e garantir a segurança a um sem tomar em consideração a segurança do outro».

A visita a Portugal do antigo nazi, hoje chanceler da República Federal Alemã, Kiesinger, insere-se neste esforço do governo de M. Caetano para estreitar a cooperação com as forças mais reaccionárias e agressivas do imperialismo, obtendo delas, não só apoio para o regime, como ajuda ainda mais efectiva nas colónias, a troca de concessões atentórias da independência nacional.

O facto de que esta visita foi precedida da instalação de aviões alemães nas primeiras casas da Base de Beja (14 de Outubro), da visita a Lisboa do navio escola alemão «Deutschland» (19 de Outubro), da visita de parlamentares alemães à Base de Beja (20 de Outubro), apenas põe em relevo o estreitamento das relações com o imperialismo mais agressivo da Europa.

Ao brindar no banquete que ofereceu a Kiesinger em 24 de Outubro, Marcelo Caetano desenvolveu a tese do «cerco» da Europa pela URSS, repetiu que Portugal defende em África o «Ocidente» e que a solidariedade ocidental «não pode limitar-se a umas tantas questões localizadas no nosso continente». «O Ocidente — proclamou, abrangendo a África nesta expressão — é um bloco».

Os fascistas esforçam-se também por obter uma ajuda mais substancial dos Estados Unidos.

No dia 4 de Novembro, ao ser entregue à armada Portuguesa

na presença do embaixador dos Estados Unidos, uma nova fragata construída com auxílio americano, o Ministro da Marinha salientou o grande valor estratégico das colónias portuguesas e a necessidade de que os interesses da NATO sejam «defendidos de maneira efectiva fora da área geográfica em que presentemente funciona».

Da aproximação com o imperialismo norte-americano são também recentes testemunhos as longas conversações de M. Caetano com o rei dos diamantes Openheim para lhe garantir a defesa dos seus interesses em Angola; a vinda a Lisboa e conversações no Ministério dos Negócios Estrangeiros dum missão da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), assim como a significativa visita de Dean Rusk e as conversações com M. Caetano, cujos resultados não foram divulgados...

Trata-se de uma larga ofensiva diplomática, procurando que a NATO, e particularmente os Estados Unidos e a República Federal Alemã, deem ainda maior apoio (militar, financeiro diplomático) à política colonialista e de guerra da ditadura.

Salazar pretendia poder continuar a guerra «indefinidamente». M. Caetano, numa errada estimação da situação internacional, parece pretender poder ganhá-la.

Uma tal política de aventura trará de certeza horas ainda mais sombrias à nação portuguesa.

3. M. Caetano joga também na crescente agressividade do imperialismo em África.

Já em Julho de 1967, o CC do PCP chamava a atenção para «as intrigas, conspirações e intervenções imperialistas» em África, de que o governo de Salazar era um dos principais instrumentos, sublinhando que «não só ameaçam a independência de muitos Estados e visam perpetuar o neo-colonialismo, como se dirigem directamente contra os povos em luta pela sua liberdade, designadamente os povos das colónias portuguesas». Os acontecimentos comprovaram de então para cá esta justa apreciação.

As agressões imperialistas em África multiplicaram-se. Uma longa série de golpes militares de inspiração imperialista (depois do Congo anos atrás, depois do Gana em 1966, — o Congo-Brazaville em Setembro de 1968, o Mali em Novembro), desalojaram do poder patriotas e progressistas africanos e formaram governos que entregam os seus países ao neo-colonialismo.

Estes acontecimentos, a que os fascistas portugueses não são estranhos animam-os a prosseguir a guerra e a intensificar as suas perigosas intrigas em estados africanos vizinhos das colónias portuguesas, em aliança com os estados racistas da União Sul-Africana e da Rodésia.

Sem dúvida que golpes dos imperialistas na Guiné (Conacry), Senegal, Zâmbia e Tanzânia, privando os movimentos de libertação das colónias portuguesas de bases de apoio, fontes de abastecimento e vias de ligação com o exterior, lhes criariam sérias dificuldades. O movimento libertador dos povos coloniais é porém irreversível. O problema levantado pela justa luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, não será resolvido pela guerra que os fascistas lhes movem. A luta terminará pela conquista da sua independência.

O «jogo forte» que M. Caetano parece decidido a fazer na conspiração imperialista em África pode dar-lhes resultados contrários aos que supõe e criar graves complicações internacionais para Portugal.

4. A questão colonial é uma questão central na situação política portuguesa.

Como diz o Programa do PCP, «a dominação colonial tem sido para Portugal um dos principais factores do atraso económico geral e do fortalecimento do poder dos monopólios e do imperialismo estrangeiro (...). Quanto mais tempo prosseguir a dominação nas colónias portuguesas, mais será agravada a dominação imperialista sobre Portugal». A guerra colonial não é só um crime contra os povos coloniais, como também um crime contra o povo e a nação portuguesa. A juventude portuguesa é sacrificada numa guerra injusta. A guerra colonial submete-se o nível de vida do povo, o desenvolvimento económico, a independência nacional.

Por isso, em oposição à política fascista, a luta pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à auto-determinação e à independência, pelo termo imediato da guerra colonial, pela abertura de negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique (MPLA, PAIGC e FRELIMO) é uma luta eminentemente nacional e patriótica.

A política «imperial» dos fascistas colonialistas portugueses é o reverso da medalha da submissão ao imperialismo estrangeiro.

Para prosseguir essa política, M. Caetano fará pagar caro à nação recorrendo cada vez mais à independência de Portugal.

Assim como a luta pela verdadeira independência de Portugal não se pode dissociar da luta pelo reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas, assim a luta contra a política colonialista da ditadura fascista está estreitamente ligada à luta pela libertação de Portugal do imperialismo.

Os fascistas acusam históricamente de «traidores à pátria» os que condenam a sua política colonial. Há que aceitar o desafio dos vendilhões da pátria, reafirmando corajosamente a posição anti-

colonialista e empunhando o estandarte da independência nacional.

O governo de M. Caetano, como o de Salazar, procura através da intimidação e do terror impedir que os democratas portugueses, o povo português, se pronunciem sobre este problema central. Mas o povo português continuará a sua luta contra a política colonialista e de guerra, certo de que não poderá ser verdadeiramente livre e independente enquanto o Estado português explorar, oprimir e massacrar os povos das colónias portuguesas.

IV

**PROSSEGUE A POLÍTICA DOS MONOPÓLIOS
E DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES**

1. O governo de M. Caetano prossegue a política económica e financeira salazarista. Tal como o governo de Salazar, sacrifica aos interesses dos monopólios e do imperialismo estrangeiro os interesses vitais da classe operária, das massas laboriosas e das classes médias, o desenvolvimento económico e a independência de Portugal.

A Lei de Meios para 1969 é uma clara confirmação dessa política, cujos resultados e perigos o PCP tem apontado.

Um equilíbrio financeiro resultante, não da criação duma sólida base económica nacional, mas de asfiantes cargas tributárias e de ingressos externos muitos dos quais reembolsáveis e onerosos; a ligação crescente dos grupos monopolistas com o capital estrangeiro numa posição de crescente dependência; a entrega de riquezas nacionais e de sectores básicos da economia ao imperialismo; uma política de restrição do mercado interno acompanhada pelo fomento duma produção voltada para as exportações; — colocam a economia portuguesa na dependência crescente das flutuações da economia dos grandes países imperialistas, da irregularidade do seu desenvolvimento, das incidências das suas crises internas, das flutuações das suas moedas, das suas medidas de austeridade e saneamento financeiro.

A Lei de Meios, ao reconhecer dificuldades devidas ao «abrandamento» dos resultados do turismo, da diminuição das remessas de emigrantes, do reembolso de lucros e juros de capitais estrangeiros, e ao prever um «acréscimo rápido das importações» pela incapacidade da indústria nacional, confirma e reforça as acusações e advertências do PCP.

A crise monetária internacional, que provoca e provocará medidas proteccionistas, tanto nos países da EFTA como nos do Mercado Comum, é susceptível de limitar as exportações portuguesas, agravar a crise nos ramos industriais que vivem fundamentalmente da exportação, agravar o déficit da balança comercial.

A estabilidade financeira é conseguida à custa da exploração dos trabalhadores, das cargas tributárias incomportáveis para o campesinato e as classes médias e de factores externos cuja evolução depende dos interesses dos grandes países imperialistas. Dada a política fascista, está em larga medida à mercê desses factores. Daí a possibilidade de um súbito agravamento, desequilíbrio e rutura, que a dar-se, esgotará divisas, atingirá a estabilidade do escudo (cuja base é artificial), accentuará o processo inflacionista e conduzirá a uma desvalorização do escudo (declarada ou de facto), cujo peso cairá sobre a classe operária, as massas laboriosas e os pequenos industriais, agricultores e comerciantes.

2. A economia portuguesa e o nível de vida do povo sofrem os exorbitantes encargos da guerra colonial e do aparelho militar e repressivo.

Calcula-se que em 1967 as despesas de guerra e repressão tenham aumentado mais 24,5%. A «ordem de precedência» das despesas públicas estabelecida na Lei de Meios mostra que o governo se propõe prosseguir essa orientação anti-nacional e anti-popular. A guerra, a repressão, a participação na NATO, aparecem na política fascista como as despesas essenciais e prioritárias em que são consumidos e dilapidados os recursos nacionais arrancados ao suor, às privações e aos sacrifícios da população trabalhadora.

A situação torna-se ainda mais grave no ponto de vista nacional, na medida em que o governo se prepara para agravar o endividamento do país e abrir ainda mais largamente as portas ao capital estrangeiro, designadamente ao oeste-alemão e americano.

A própria política de «fomento» cede passo às despesas com

a guerra e com o aparelho repressivo e viverá num regime de hipoteca. M. Caetano anuncia que despesas de fomento, que «dantes» eram cobertas por receitas ordinárias, passarão a ser cobertas por empréstimos, tendo consciência, porque o afirma, e tendo portanto também responsabilidade plena, de que «país largamente devedor a estrangeiros cessa na realidade de ser independente» (discurso de 27 de Novembro).

A guerra colonial e o aparelho repressivo fascista, uma e outro dirigidos contra os interesses do povo e da nação, continuam a ser uma carga insuportável da economia nacional e da vida das massas populares.

3. O governo propõe-se resolver as dificuldades económicas e financeiras, não à custa dos monopólios, cujos lucros protegerá ainda mais zelosamente, mas à custa dos trabalhadores.

A Lei de meios anuncia maiores apoios financeiros do Estado aos monopólios e aos grandes agrários. Anuncia isenções fiscais que lhes serão feitas sob o pretexto de «incentivar os investimentos». Anuncia estímulos para que as pequenas economias caiam no logro de ser absorvidas por grandes empresas privilegiadas, designadas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos. Anuncia mais pesados encargos fiscais sobre as pequenas e médias empresas, sob o pretexto de que «visivelmente menos afectam a política de fomento». Anuncia um novo regabote de acumulações na administração das grandes empresas para os grandes capitalistas e apaniguados do regime, sob o pretexto de que são «valores humanos de que o país não é excessivamente rico» e que por isso devem diminuir os impostos para os «rendimentos do trabalho» (sic) que presentemente os tocam.

Fiel serventário dos grupos monopolistas e do imperialismo, o governo propõe-se assim extrair ainda da difícil situação económica do país novos pretextos para aumentar os já excessivos réditos do punhado de milionários que serve e o apoiam.

4. No que respeita aos trabalhadores, a Lei de Meios afirma mentirosamente que os aumentos dos preços se devem a «subidas de salários num ritmo mais rápido que o aumento da produtividade». No seu discurso de 6 de Novembro no Ministério das Corporações, já M. Caetano sublinhara que «os benefícios do trabalho (salários) hão-de resultar do aumento da produtividade dos trabalhadores». E acrescentara: «Não é possível uma política social florescente numa economia em crise. O progresso económico é condição fundamental para a obtenção e consolidação de melhores condições para o trabalho».

M. Caetano anuncia assim o prosseguimento da política de congelação de salários, de atrasos aos justos aumentos reivindicados e de inensificação da «campanha de produtividade» e de «racionalização», ou seja, de toda e espécie de pressões para aumentar a intensidade do trabalho, os ritmos infernais na produção, o desgaste de saúde dos trabalhadores.

Nos tempos próximos, o governo evitará pôr completamente a nú a sua real política. Também em relação aos salários e aos preços, adoptará uma política demagógica. No seu esforço para refrear a luta popular, temendo o agravamento dos conflitos sociais, que as lutas da classe operária do mês de Julho pronunciam, será obrigado a fazer algumas concessões à classe operária. Entretanto, como nos últimos meses se evidenciou, só a insistência na luta reivindicativa levará à conquista de aumentos reais e ao melhoramento das condições de vida. Os fascistas, quando dão com uma mão, logo procuram tirar com as duas.



Mesmo os aumentos concedidos ao funcionalismo e aqueles que prometem aos professores primários (assim como a criação dos Serviços Sociais do Ministro da Economia), além de visarem o fortalecimento do aparelho do Estado, amortecendo o descontentamento e as reivindicações dos funcionários, procuram ser compensados, como expressamente se declara, com uma maior exploração, sob o pretexto da necessidade dum melhor rendimento dos serviços.

O governo de M. Caetano propõe-se pois, não só prosseguir, como acentuar a política salazarista de protecção monopolista em detrimento dos interesses do povo e da nação.

Todo o desenvolvimento da economia e o nível de vida das massas populares são sacrificados aos monopólios e ao imperialismo estrangeiro, à política de guerra colonial, à manutenção dum aparelho repressivo, cujo único fim é abafar com a violência o justo descontentamento, os protestos e as reivindicações do povo português.

V

CONTRA O FASCISMO E PELA LIBERDADE UNIDADE NA ACÇÃO E PARA A ACÇÃO

1. Com a demagogia «liberalizante», Marcelo Caetano procura febrilmente dividir a Oposição. Fazendo frente a esta manobra, os democratas tudo devem fazer para reforçar a sua unidade. A unidade é necessária para fazer frente à manobra da ditadura fascista para impedir que saia da crise e consolide as suas posições. É necessária para aproveitar as novas possibilidades da luta que abrem as dificuldades do regime.

Deram-se no ano corrente importantes passos para o fortalecimento da cooperação das forças democráticas. Os sentimentos unitários alargaram-se, concretizaram-se e solidarizaram-se em numerosas acções. Os sectores, onde predominam os sentimentos unitários e que estão voltados para as massas, estão em condições de tomar decididamente a iniciativa e a direcção da luta na fase actual.

É de desejar que a unidade se fortaleça e amplie. Unidade não significa porém, nem acordos para a passividade, a capitulação, o apoio a manobras demagógicas, (como pretendem alguns), nem acordos para aventuras que conduzem a desastres (como pretendem outros). No momento presente, significa acima de tudo acordos práticos para a acção com objectivos concretos, por formas e métodos adaptados às condições existentes.

A unidade não é um fim em si. Ela visa o fortalecimento e o desenvolvimento do movimento democrático com o objectivo de pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade. É essa a sua razão de ser. Por isso e para isso lutam por ela os comunistas.

2. A unidade forja-se na acção e para a acção. Exige por isso que o movimento anti-fascista se liberte, tanto das concepções oportunistas de direita, como das concepções esquerdistas e sectárias, que conduzem, umas e outras, à expectativa e à passividade.

As ilusões acerca dos «liberalizantes» do regime vêm de longe. Em Julho de 1967, o Comité Central do PCP alertou a classe operária e todos os anti-fascistas «para a manobra do fascismo que consiste em acenar a elementos moderados da Oposição com a possibilidade duma «liberalização» do regime e mesmo duma cooperação com vistas a uma «modificação política», manobra cujo objectivo principal é corromper politicamente, iludir, desviar da acção política, separar, dividir, neutralizar e paralisar as forças democráticas, isolando o Partido Comunista».

Alguns sectores punham-se então a reboque dessa manobra, em cuja direcção já se destacava M. Caetano. Condenavam e procuravam dificultar a unidade anti-fascista e a luta popular, dizendo que podiam «assustar» os «liberalizantes». A treco duma posição anti-unitária e legalista e duma campanha embora «discreta» contra o Partido Comunista, procuravam alcançar possibilidades próprias e preferenciais de existência legal. Tal posição prejudicou gravemente o desenvolvimento da organização e da luta anti-fascista.

O CC do PCP insistia em que o fim do fascismo não pode resultar da acção daqueles mesmos que o querem salvar». Mostrava como essa política de compromisso com o regime era «o desenvolvimento lógico da teoria da queda espontânea e automática da ditadura fascista, das ilusões legalistas, do medo do povo e das massas», e apresentava os seus traços característicos: «a degradação política, a renúncia a objectivos fundamentais, a passividade, o desprezo pela constituição de estruturas revolucionárias e a existência duma acção revolucionária, a perda de combatividade e de espírito anti-fascista militante, a substituição da luta por manobras de bastidoreia, o refreamento e efectiva sabotagem da luta popular».

Considerando o peso dessas tendências concepções e atitudes no movimento democrático, o CC concluiu que, no momento, as concepções oportunistas de direita constituíam a mais perigosa tendência no movimento anti-fascista português.

Os acontecimentos mostraram a justeza da análise, das prevenções e da posição do PCP.

Com a designação de M. Caetano para chefe do governo, todas essas ilusões e concepções se desenvolveram. M. Caetano, que em 1965 já era para alguns um louvável «fascista de esquerda», tornava-se agora nas palavras dos mesmos, a fonte de «um

pequeno raio de luz» que «abre um horizonte de esperança para o nosso povo» («Portugal Socialista», Outubro de 1968). Tais apreciações prejudicam gravemente o desenvolvimento do movimento democrático, da acção política, da luta popular, nas condições mais favoráveis criadas pela crise do regime agravada pelo desaparecimento de Salazar.

A situação exige um firme combate contra tais ilusões, contra a expectativa e a passividade, contra uma atitude de compromisso com o regime, contra as ideias anti-unitárias, contra a opinião segundo as quais o movimento de massas «impede» M. Caetano de realizar o seu programa «liberalizante».

3. A par desse combate ideológico e político contra o perigo do oportunismo de direita, que na actual conjuntura, continua a ser o principal para a orientação e desenvolvimento do movimento anti-fascista, impõe-se a vigilância e o combate ideológico contra o esquerdismo e o aventureirismo. A história da L.U.A.R., que se solda por graves insucessos e desagregação interna, e que se junta à sorte trágica do general Humberto Delgado assassinado pela PIDE e ao fracasso do grupo pró-chinês, confirma que não são pequenos grupos isolados dum amplo movimento político que, num combate frontal contra o Estado, podem resolver os complexos problemas duma revolução.

No momento presente, o esquerdismo manifesta-se principalmente em tendências sectárias que consideram não se ter produzido, com o desaparecimento de Salazar qualquer alteração e que desprezam assim as novas possibilidades e as novas perspectivas de luta que se abrem às forças democráticas com as dificuldades actuais do regime traduzidas na demagogia «liberalizante» de M. Caetano.

A renúncia à luta por objectivos concretos imediatos, sob o pretexto de que o fascismo continua a ser fascismo e que, por isso, a única coisa a fazer é a «revolução», o desprezo pelas formas legais de acção e pelo mais amplo aproveitamento das organizações de massas sob o pretexto de que só interessam estruturas clandestinas, têm o mesmo efeito castrador e desmoralizador e criam a mesma passividade e expectativa que o oportunismo de direita. Na actividade nas organizações de massas, consignas radicais, que não correspondam ao quadro em que se desenvolve a luta nem à real correlação de forças, podem prejudicar o trabalho de massas e levar à perda de importantes posições.

Tal como o oportunismo de direita, o esquerdismo, sobretudo nas suas actuais expressões sectárias, necessita de ser combatido.

4. A situação exige um grande e decidido esforço para estreitar a unidade, para intensificar a acção política, para reforçar a organização, para alargar a luta popular.

As direcções fundamentais da acção no momento presente, indicadas pelo PCP, dão base suficiente para o reforço no imediato da unidade e da acção de massas.

Há acordo geral quanto a esses objectivos: contra a repressão e pela amnistia, pelo direito de expressão de pensamento, pelo direito de organização, pelas reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas, pelo fim da guerra colonial, por uma política externa de paz e amizade internacional. O que se impõe é chegar também a rápido acordo prático (no «topo» e na base) quanto às formas e métodos de organização e de luta, que impulsionem um rápido desenvolvimento do movimento anti-fascista e a participação decisiva na acção das amplas massas populares.

Isto é tão válido em relação a dirigentes de sectores políticos e às grandes iniciativas, como em relação às próprias massas e à luta por objectivos concretos limitados. A unidade não é uma questão a ser decidida entre dirigentes. A unidade podem decidí-la as próprias massas populares pela sua iniciativa e acção. As massas não devem esperar acordos «por cima». Devem elas próprias unir-se, criar os seus organismos de direcção, definir objectivos e lançar-se na luta.

5. A preparação para a campanha de 1969 para as «eleições» para a Assembleia Nacional oferece desde já vasto campo à iniciativa política unitária.

Aí também se manifestam as tendências oportunistas e sectárias. Há o perigo de que alguns procurem ganhar as boas graças do governo para serem considerados os únicos representantes da Oposição, separando-se dos restantes sectores democráticos e apontando estes à repressão, como «comunistas» e «subversivos». Há o perigo do desenvolvimento de tendências de abstencionismo e de boicote.

Para que as forças democráticas possam transformar as «eleições» para a Assembleia Nacional numa grande batalha pela liberdade, é necessário que os sectores que mantêm forte espírito unitário e representam a parte mais consequente e dinâmica da Oposição, reforcem os métodos da sua cooperação e organização, liguem desde já a «campanha eleitoral» à luta por objectivos concretos imediatos, acordem e decidam candidaturas unitárias, formem Comissões de candidatura e Comissões cívicas, criem todo um amplo apoio organizado numa base distrital e local, e, sem perda de tempo, lancem a luta pela inscrição no recenseamento eleitoral e

para que os cadernos eleitorais sejam organizados com seriedade e devida fiscalização.

A iniciativa não fecha as portas ao entendimento e à cooperação com outros sectores. Deve mesmo incentivá-los. Deve ser permanente a disposição de cooperar com todos quantos sinceramente queiram pôr fim à ditadura, tenham estado até hoje numa posição de direita ou de esquerda, sejam quais forem as suas opiniões políticas. Repetindo uma velha consigna, «não se devem amarrar os homens aos erros do seu passado», desde que mostrem pela sua acção querer lutar pelas reivindicações mais sentidas do povo português.

Condena-se porém a ficar para trás irremediavelmente quem nada faça sem o assentimento dos que procuram atrasar, empatar, alcançar uma posição hegemónica que ninguém lhes reconhece, impedir a luta popular, sacrificar toda a esquerda da Oposição a negociações de bastidores com os fascistas «liberalizantes».

Que os sectores anti-fascistas mais consequentes e com espírito unitário tomem com audácia e confiança e inicialiva nas próprias mãos a tarefa de primordial importância para os sucessos do movimento democrático no momento presente.

VII

A LUTA POPULAR FACTOR DECISIVO

1. As manifestações e actos comemorativos do 5 de Outubro, as sucessivas reclamações democráticas partindo de todos os sectores da população, as reivindicações apresentadas em numerosas fábricas e empresas, as assembleias e manifestações e greves de estudantes, as reuniões de anti-fascistas, a intensificação da luta pela Amnistia, os protestos e pedidos de inquérito contra os crimes policiais, os abaixo-assinados tanto por reclamações políticas como económicas com centenas de milhares de assinaturas, o amplo ventilar de ideias que procura vencer a mordida da censura, — anunciam a formação duma nova vaga de luta popular, um novo fluxo do movimento anti-fascista.

Estas acções estão porém longe de corresponder às necessidades do momento político e às reais possibilidades de luta.

O facto de que o largo descontentamento popular se não traduziu ainda em grandes acções de massas deve-se a vários factores. Em primeiro lugar, às debilidades de organização política das forças democráticas, consideradas individualmente e no seu conjunto. Em segundo lugar, às debilidades das posições em organizações de massas e à insuficiência de organismos legais, semi-legais e ilegais, dinâmicos e eficientes voltados para a direcção da luta popular. Em terceiro lugar, às ilusões oportunistas acerca dum processo de «liberalização» promovido por M. Caetano que conduzem ao atentismo e à passividade e às tendências sectárias que menosprezam a luta por objectivos concretos imediatos e limitados. Finalmente, à solidez ainda existente do Estado fascista, particularmente do seu aparelho repressivo.

A compreensão destes factores negativos é condição essencial para a adopção das medidas políticas e de organização que permitem criar bases sólidas para o rápido desenvolvimento da luta anti-fascista.

2. Na situação actual, o movimento democrático só poderá conseguir sucessos importantes, se os militantes anti-fascistas de vanguarda tiverem confiança no povo e ganharem a confiança do povo, se souberem organizar a luta das massas populares por objectivos concretos de interesse imediato fundamental.

A reclamação apresentada às autoridades é uma forma importante de luta política na fase actual, sobretudo quando é antecedida de amplas reuniões, quando a reclamação é aprovada e assinada por largas massas, quando concentrações acompanham comissões. Mas não pode ser considerada por si a mais importante e muito menos a exclusiva.

Todos os esforços devem ser feitos para que a luta política saia do quadro das reuniões restritas, para que nela participem as largas massas do povo.

A realização (nas fábricas, nas escolas, nos sindicatos e noutras organizações de massas, em recintos fechados e com motivos diversos) de reuniões e assembleias, — para debater a situação e os problemas do momento, para definir objectivos concretos da luta, para estudar formas de acção, para aprovar iniciativas — é já por si forma de acção política de massas e decisiva para o desenvolvimento da luta popular.

Concentrações de apoio a comissões, cortejos, manifestações, suspensões de trabalho e de estudo, greves e manifestações de rua, são de adoptar segundo as circunstâncias.

As formas de luta podem ser as mais variadas. O importante é que correspondam à situação, às exigências dos objectivos em vista e às possibilidades reais e que sirvam para alargar o âmbito das acções e não para entrar a participação nelas das amplas massas.

3. Como sublinha a «Proclamação» do CC do PCP de 22 de Setembro, «seria erro grave se a urgência da luta política levasse a menosprezar a luta pelas reivindicações económicas, na nova situação criada pelo desaparecimento de Salazar da cena política. O momento é particularmente favorável para a luta vitoriosa pelas reivindicações económicas imediatas dos trabalhadores. O desenvolvimento da luta económica é, na etapa actual uma das mais decisivas formas de luta contra o fascismo, de participação na luta política das vastas massas trabalhadoras».

As concentrações, manifestações e greves de 1968 dos trabalhadores da Carris, as greves dos pescadores de Matosinhos e outros portos, a greve das conserveiras do Algarve e de Setúbal, as lutas dos portuários de Lisboa e Leixões, dos operários metalúrgicos, corticeiros e vidreiros, dos empregados bancários e de seguros, mostraram bem o potencial combativo latente nas massas trabalhadoras e a força revolucionária que se liberta quando as massas entram em acção.

Como sublinhou o CC do PCP nas suas «Conclusões sobre as lutas operárias de 1968», a utilização de amplas consultas mútuas e debates entre os trabalhadores para a formulação das reivindicações e a escolha das formas de luta e de direcção; a realização de reuniões e assembleias nas empresas e nos sindicatos; os métodos democráticos de decisão aliados a formas de organização adaptadas às condições concretas; — criam o entusiasmo e a confiança das massas, estimulam o seu espírito criador, reforçam o seu dinamismo e a sua combatividade, dificultam a acção repressiva.

Há quem considere a luta dos trabalhadores por reivindicações económicas como à parte do grande movimento político democrático. Há mesmo sectários que a consideram errada e inútil. A verdade é que constitui uma das mais importantes frentes de luta contra a ditadura fascista, particularmente no momento actual.

4. Um dos pontos mais fracos do movimento democrático português através dos anos tem sido a organização.

As debilidades de organização dificultam a ligação estreita com as massas e a direcção efectiva das suas lutas.

O exemplo de grandes movimentos políticos de massas, como os de 1958 e 1962, que, por deficiências de organização, não puderam ser canalizados e dirigidos para os seus próprios objectivos, deve estar hoje bem presente para que dele se tirem os necessários ensinamentos. Sem organização forte enraizada nas massas corre-se o risco de ser ultrapassado pelas acções espontâneas ou de não poder dirigir um movimento que se desencadeie através do trabalho de agitação. Organismos de topo, a que não correspondem organizações de base, nunca poderão dirigir com sucesso amplos movimentos.

O fortalecimento rápido das estruturas políticas existentes, a criação de organismos (legais, semi-legais e ilegais) em correspondência com os objectivos de luta em vista, a utilização de organizações de massas existentes, decidirem em larga medida do sucesso na actual fase de luta contra a ditadura fascista.

O trabalho de organização não se desenvolve «a seco». A organização desenvolve-se com a luta, com a criação de organismos para dirigí-la, com o recrutamento e selecção de quadros combativos, com o seu enquadramento em formas orgânicas, cuja existência se justifique com novas tarefas e novas lutas.

5. Aqueles que esperam que os próprios fascistas ponham fim à ditadura pronunciam-se abertamente contra a participação das massas na luta política e tudo fazem para impedir-la. Segundo eles, a luta de massas, é mesmo prejudicial,



pois pode assustar os «liberalizantes», reforçar a pressão dos «ultras» e impedir que Marcelo Caetano leve por diante as suas boas intenções...

A triunfarem no movimento democrático, tais concepções oportunistas poriam os fascistas completamente à vontade no momento actual de crise do regime, entregar-lhes-iam toda a iniciativa e campo livre para as suas manobras. São objectivamente, concepções de abdicção e capitulação do movimento democrático.

A manobra «liberalizante» não visa pôr termo à ditadura, mas

salvá-la. Quaisquer concessões que os fascistas sejam obrigados a fazer resultam da corajosa luta do povo português ao longo de muitos anos e da amplitude do movimento democrático. Só a luta popular, só a unificação numa mesma torrente de luta da classe operária e das massas trabalhadoras, dos estudantes, dos intelectuais, dos camponeses, poderá impedir que a demagogia de M. Caetano conduza ao reforço da ditadura fascista, obrigar a medidas efectivamente liberalizantes, conseguir a satisfação de reivindicações imediatas, abrir caminho para as grandes batalhas pela democracia.

VII

OBJECTIVOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E OBJECTIVOS IMEDIATOS DE LUTA

1. A política do governo de M. Caetano, como antes a do governo de Salazar, é dirigida contra os interesses de todas as classes e camadas da população não-monopolistas e contra os interesses de Portugal, como nação independente.

A liberdade, a democracia, a paz, a independência nacional, a satisfação das reivindicações fundamentais das largas massas populares, só com o derrubamento da ditadura fascista podem ser alcançadas.

A alternativa política da ditadura fascista de Salazar, não é ditadura fascista de M. Caetano. A alternativa da ditadura fascista é a revolução democrática e nacional.

O Programa do Partido Comunista Português para a revolução democrática e nacional consta de oito pontos ou objectivos fundamentais: 1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º Democratizar a instrução e a cultura; 6.º Libertar Portugal do imperialismo; 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Programa do Partido Comunista Português indica as medidas necessárias para que esses objectivos possam ser alcançados, o que representará uma histórica transformação social e política da nação portuguesa.

Desses oito objectivos, a destruição do Estado fascista e a instauração dum regime democrático, ou seja, a conquista da liberdade política, constitui o objectivo central, e uma condição primeira e indispensável para a realização dos outros objectivos da revolução democrática e nacional.

O Partido Comunista Português considera como primeiro passo a dar após o derrubamento do fascismo a subida ao poder de um Governo Provisório, no qual estejam representadas as forças democráticas e patrióticas, designadamente o partido da classe operária, o Partido Comunista Português — governo cuja tarefa principal é instaurar as liberdades democráticas (da formação de partidos, de imprensa, de associação, de reunião, de manifestação, de greve e sindical) e realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte que determinará a organização e a forma do futuro regime democrático.

Seria absurdo pensar que estes objectivos são reivindicações a apresentar a um governo fascista. Antes de os alcançar é necessário que os fascistas sejam escorraçados do poder. E para isso, a perspectiva que continua a colocar-se ao povo português é o levantamento nacional, é a insurreição popular.

No presente momento o que se impõe é o trabalho de organização, a acção política; a luta de massas, o desenvolvimento dum amplo, poderoso e organizado movimento nacional anti-fascista. Os objectivos da revolução democrática e nacional são a perspectiva política da luta diária por objectivos imediatos mais limitados.

2. O jogo demagógico «liberalizante» de M. Caetano, insinuando que vai satisfazer, mas não satisfazendo, as aspirações e reclamações democráticas, não se poderá manter por muito tempo.

Os fascistas encontram-se ante um difícil dilema, produto das suas dificuldades e contradições e da amplitude da opinião democrática. Ou a camarilha fascista desiste de tomar uma facha «liberalizante», afirmará que não «brirá qualquer perspectiva, regressará declaradamente (com ou sem M. Caetano) ao imobilismo salazarista, — e nesse caso renunciará a alargar os seus apoios, agravará as suas contradições internas, favorecerá a unidade e a radicalização da Oposição e provocará uma mais violenta explosão de descontentamento popular.

Ou insiste nessa demagogia, — e então será obrigado a fazer concessões efectivas às reclamações do povo português, se a Oposição se mantiver firme em posições democráticas, se reforçar a sua organização, se desenvolver corajosamente a luta popular de massas.

Prevenidos e preparados, os agrupamentos democráticos têm o dever imperioso de aproveitar a conjuntura actual para fortalecer a sua unidade, a sua organização e sua ligação com as massas e desenvolverem a luta popular.

As manobras e as medidas demagógicas, atrás das quais o fascismo procura salvar-se, devem transformar-se, pela luta em aberturas reais para alcançar a liberdade.

3. O Comité Central do PCP sublinhou no mês de Setembro a decisiva importância do desenvolvimento da luta com objectivos concretos e imediatos bem definidos. Três meses após a formação do governo M. Caetano, o PCP insiste em direcções fundamentais da acção anti-fascista:

1.ª — A luta contra a repressão, exigindo a libertação imediata dos presos políticos, a Anistia, o regresso dos exilados, o termo das torturas e maus tratos, a abolição das medidas de segurança, inquéritos a todos os crimes fascistas e a abusos de autoridade e de poder, a dissolução da PIDE.

2.ª — A luta pelo direito de expressão do pensamento, exigindo a abolição da Censura e a cessação imediata das arbitrarias apreensões de livros e publicações, promovendo reuniões e conferências, insistindo em utilizar todos os meios possíveis de informação e esclarecimento da opinião pública.

3.ª — A luta pelo direito de organização, constituindo os mais variados organismos de carácter democrático para dirigir ampliar e apoiar as lutas com fins diversos; exigindo eleições efectivamente livres nos Sindicatos Nacionais, nas Associações de estudantes e outras organizações de massas e a sua gestão democrática; desmascarando e resistindo às manobras fascistas; lutando contra o colete de forças da organização corporativa; exigindo a reabertura de colectividades que foram dissolvidas por arbitrio do poder e tomando a iniciativa de fundar outras.

4.ª — A luta pela satisfação das reivindicações económicas e sociais mais urgentes de classe operária e das massas laboriosas, exigindo o aumento de salários e vencimentos, a revisão de contratos colectivos e organizando a resistência contra o aumento de preços e dos impostos e contra a imposição de maior intensidade de trabalho.

5.ª — A luta pelo fim imediato da guerra colonial, resistindo à campanha de intimidação dos fascistas e insistindo na necessidade de estabelecer contactos e negociações e de revogar a nova lei do serviço militar.

6.ª — A luta por uma política externa de paz e convívio internacional, exigindo estabelecimento de relações com todos os estados, designadamente os socialistas.

Anunciando a 4 de Dezembro a revisão da lei eleitoral, é o próprio governo que coloca na ordem do dia para as forças democráticas uma sétima direcção da sua actividade:

7.ª — A luta para que a Oposição democrática possa concorrer livremente às eleições para a Assembleia Nacional e que para isso sejam criadas as condições necessárias de liberdade de organização e de propaganda e de seriedade do acto eleitoral.

A concentração das energias na organização, desencadeamento e alargamento da luta com estes objectivos concretos é no momento actual a grande tarefa política de todo o movimento antifascista.

Dezembro de 1968

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português